



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
Rua Marquês de São Vicente, 209/283 - ZC-20 - Tel. 47-8030 - Rio de Janeiro

COLABORAÇÃO INDÚSTRIA/UNIVERSIDADE

Resumo das respostas ao questionário
apresentado pela Confederação Nacio-
nal da Indústria à PUC, em 9 de ju-
lho de 1968.

1. A aceleração do desenvolvimento econômico do País depende muito do sentido prático e objetivo dos cursos universitários. Qual a melhor política educacional, na opinião da PUC, para que a Universidade atinja os objetivos acima mencionados?

O sistema educacional moderno não pode de forma alguma, basear-se na manutenção de uma tradição cultural ou na simples transmissão de conhecimentos. Nenhum planejamento econômico pode ser válido se não vier acompanhado de certas medidas complementares.

É indiscutível que nenhum programa de desenvolvimento tem êxito sem a educação científica e tecnológica. A revolução científica modificou a estrutura de nossa sociedade e as universidades foram chamadas, repentinamente, a fazer ciência. O ensino apenas ilustrativo não tem mais lugar no Brasil e é indispensável a participação ativa do estudante no aprendizado. Nos países em vias de desenvolvimento a pesquisa científica e tecnológica se torna mais necessária que nos países desenvolvidos e a Universidade tem um papel de destaque no processo de desenvolvimento. No caso particular da PUC, podemos dizer com segurança que ela se definiu como universidade orgânica e não para transmitir erudição.

O ensino deve ser, antes de tudo dinâmico e participado, não se podendo admitir que o conhecimento seja reduzido a uma forma de passividade, mas tenha um caráter de redescoberta.

A prática sempre precisa da teoria e a teoria da prática. A Universidade Católica recusa o conceito da Universidade erudita.

2. A PUC acha conveniente o atual processo de distribuição de verbas às Universidades? Por que?

A realidade nos indica que a distribuição de verbas orçamentárias do governo é inconveniente e insuficiente. Inconveniente, porque o dinheiro arrecadado ao contribuinte percorre um longo caminho e 15% do seu valor se dissolve no trajeto entre o Ministério da Educação passando pelo do Planejamento, Câmara e Senado até chegar ao seu verdadeiro destino. Insuficiente, porque as universidades particulares recebem apenas 2,6% dos recursos distribuídos a todas as universidades do País. Seria melhor a captação direta, através de leis de incentivos fiscais, porque assim o contribuinte teria uma consciência mais nítida do seu papel em face do ensino superior no País. É importante fixarmos que as universidades particulares - 12 em todo o Brasil - ministram conhecimentos a 40 mil alunos, correspondendo a 40 % do nível superior em todo o território nacional. Evidentemente, serão necessários pelo menos 10% das verbas das universidades públicas, para que as particulares possam melhor cumprir a tarefa que lhes cabe no desenvolvimento do País. O esforço pela educação nacional merece uma distribuição mais justa, porque o dinheiro é público, mas a educação beneficia à coletividade.

3. Entende a PUC que uma participação da Indústria, através da Confederação Nacional da Indústria e de suas federações, nos Conselhos de Administração das Faculdades e Escolas seria útil e proveitosa?

A PUC já se antecipou a essa idéia, desde quando criou o Conselho de Desenvolvimento - órgão de ligação entre a Universidade e a Comunidade que tem por atribuições:

- aconselhar a Reitoria e assessorá-la nas relações da Universidade com a Empresa e a Sociedade em geral;
- promover maior integração entre a Universidade e a comunidade onde se insere, através da intensificação e do aprimoramento dos serviços da própria Universidade, assim como do apóio que a Sociedade deve-lhe oferecer;
- propor à Reitoria e aos Conselhos de Administração e Universitário medidas que possam conduzir ao constante aperfeiçoamento da Universidade e ao seu prestígio;
- analisar o orçamento-programa e sobre ele emitir parecer; acompanhar a situação financeira da instituição, visando a sua segurança econômica e financeira;
- analisar o Plano-Diretor e sobre ele emitir parecer, planejando o suprimento dos recursos necessários à operação e desenvolvimento da Universidade, mediante plano de campanhas financeiras, obtenção de créditos, financiamentos e doações;
- assessorar a Reitoria em transações econômicas que pretenda realizar.

O Conselho de desenvolvimento será integrado por personalidades eminentes, vinculadas à Universidade por serviços de alta relevância a ela prestados ou pela compreensão de suas finalidades; pelo Reitor da Universidade; pelos Vice-Reitores; pelo Presidente da Associação de Amigos da PUC e pelo Presidente da Associação de Antigos Alunos da PUC.

Atualmente, o Conselho de Desenvolvimento conta como membros: Dr. Cândido Guinle de Paula Machado, Dr. Clemente Mariani de Bittencourt, Dr. Donald Lowndes, Gen. Edmundo Macedo Soares e Silva, Sr. Gilberto Huber Jr., Dr. Glycon de Paiva, Dr. Harold Cecil Poland, Gen. Heitor Almeida Herrera, Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva, Dr. Israel Klabin, Gen. João Bina

Machado, Dr. João Carlos Vital, Dr. João Nicolau Mader Gonçalves, Dr. Joaquim Faria Goes Filho, Dr. José Luis Moreira de Souza, Dr. Lucas Lopes, Dr. Luiz Gonzaga Nascimento Silva, Dr. Manoel Ferreira Guimarães, Dr. Manoel Francisco Nascimento Brito, Sr. Marcelino Mariins Filho, Sr. Oswaldo Tavares Ferreira, Dr. Paulo Accioly Sã, Dr. Paulo de Carvalho Barbosa, Dra. Regine Feigl, Dr. Roberto Campos, Dr. Roberto Marinho; Pe. Laércio Dias de Moura S.J., Reitor da PUC; Dr. José Garrido Tôrres, Pe. Paulo de Tarso Nacca S.J., Pe. Antônio Amaral Rosa, S.J., Pe. Raul Laranjeira Mendonça S.J., Vice-Reitores da PUC e Dr. Arnaldo Lacombe, Presidente da Associação de Antigos Alunos da PUC.

4. Seria possível determinar o custo de um aluno em cada curso universitário?

Cada aluno custa, em média para a PUC, NCr\$ 1.585,00.

- No Centro Técnico-Científico, este custo é de NCr\$ 1.920,00 e, a anuidade cobrada aos alunos é de NCr\$ 1.200,00.
- No Centro de Ciências Sociais, o custo é de NCr\$ 1.050,00, e a anuidade varia de acordo com o Departamento. No de Ciências Jurídicas a anuidade é de NCr\$ 600,00, no de Economia e no de Sociologia, de NCr\$ 800,00, e nos demais (História, Geografia, Comunicação Social e Serviço Social), de NCr\$ 1.000,00.
- No Centro de Teologia e Ciências Humanas, o custo é de NCr\$ 1.800,00 e a anuidade de NCr\$ 1.000,00.

É interessante observar que o aluno da PUC não cobre sua despesa individual, sendo a Universidade obrigada a procurar outros meios para equilibrar o seu orçamento.

5. Seria possível conhecer o número total de funcionários, professores e alunos e, discriminadamente os índices de assiduidade aos seus trabalhos?

A PUC mantém 284 funcionários com uma média de 98,47% de assiduidade.

Os professores, num total de 441, são contratados seguindo três critérios de horário: tempo integral, tempo parcial e horista (segundo o número de horas de aulas dadas). Estão distribuídos da seguinte maneira:

	<u>Tempo</u> <u>Integral</u>	<u>Tempo</u> <u>parcial</u>	<u>Horista</u>	<u>Total</u>
- Centro Técnico-Científico:	77	15	102	194
- Centro de Ciências Sociais:	8	3	129	140
- Centro de Teologia e Ciências Humanas:	10	7	90	107
<hr/>				
Total	95	25	321	441

A Universidade conta com 4.655 alunos: 1.833 no Centro Técnico-Científico, 1687 no Centro de Ciências Sociais, 704 no Centro de Teologia e Ciências Humanas e 431 no Centro de Ciências Biológicas e de Medicina. Os alunos são obrigados a frequentar no mínimo 2/3 das aulas dadas.

6. Como considera a PUC a idéia de a Indústria entrar em contato direto com os Diretórios Acadêmicos?
Poderia a Indústria contar com o apóio da direção universitária para a existência de um clima elevado na execução desses contatos?

A PUC considera a idéia muito boa e por isso convidou todos os diretórios para assistirem ao encontro com a Indústria, realizado a 9 de julho de 1968.

O aluno Hamilton Fortes, presidente do Diretório Acadêmico da Engenharia, louvou muito a colaboração indústria-universidade, pois a concessão de estágios para os alunos permitirá o preparo prático dos futuros engenheiros. Falou também sobre a dificuldade de obtenção de empregos por parte dos recém-formados.

O aluno Luiz Fernando de Souza Maia, secretário-geral do Diretório Central de Estudantes, apontou as mesmas dificuldades, nomeadamente, a Economia.

7. Que auxílio entende a PUC que a curto prazo, a Indústria poderia prestar às Universidades?

A colaboração das indústrias para a elevação dos níveis do ensino superior poderia ser assim resumida:

- 1) Doações para aquisição de equipamento didático, bibliotecas, oficinas gráficas e fotográficas.
- 2) Doações capazes de atender ao custeio de pessoal docente e discente:
 - a) complementação de salários no caso dos professores e pesquisadores - ou o custeio de cátedras.
 - b) custeio dos alunos sem recursos e que precisam de auxílio para transporte e alimentação. Na PUC, dos 600 estudantes beneficiados por Bolsas de Estudo, 7% não dispunham de recursos para custeio de despesas com transporte e alimentação.
- 3) Bolsas de estudos para estudantes indicados pela Indústria.
- 4) Custeio de treinamento para estudantes no exterior.
- 5) Troca de serviços: a PUC dispõe de Institutos Tecnológicos e coloca-os à disposição da Indústria.
- 6) Financiamento:
 - a) de projetos, mesmo os que não sejam do interesse direto da Indústria;
 - b) de centros de operação radiofônica e televisão (Departamento de Comunicação Social)
 - c) de manutenção de equipes de trabalhos, dedicadas exclusivamente a elaboração de teorias, experiências científicas, inovações, descobertas, etc.
- 7) Encomendas de serviços com uma contrapartida em remuneração.
- 8) No setor das Ciências Sociais, mais especificamente, a Indústria poderia além dos itens acima citados:
 - a) proporcionar estágios de estudantes nas empresas;
 - b) oferecer cursos de treinamento para pessoal de empresas (Relações Públicas, Publicidade, Mercado de Capitais, Gerência e Administração, etc.)
 - c) financiar pesquisas, elaboração de projetos e diagnósticos; (pesquisas de mercado, mão de obra, custo, projeções conjunturais, levantamentos sócio-econômicos: planejamento setorial, regional e nacional).

- d) beneficiar-se da aplicação da Sociologia Industrial, até hoje ainda pouco utilizada no Brasil, por meio de pesquisas realizadas por alunos da PUC:
- A Empresa Industrial (Relações Sociais na Empresa, Gerência e Trabalho, Distribuição e exercícios de autoridade na empresa)
 - O Trabalhador (satisfação no trabalho, absentismo ao trabalho, produtividade)
 - Direção (estrutura de direção, a burocracia industrial, o técnico e seu papel na produção, o Estado e o Empresariado)
 - Sindicatos (organização e autoridade, repartição de poder na estrutura sindical, relações sindicato x empresa, relações sindicato x Estado, as novas categorias profissionais e os órgãos de representação).

8. Os vestibulandos, ora chamados "excedentes", não são matriculados por falta de espaço útil (sala de aula) ou por falta de verba para pagamentos a professores?

Os fatores assinalados na pergunta, obviamente concorrem para a impossibilidade de matrícula dos "reais" excedentes, não se constituindo, no entanto em razões únicas. Ao lado desses fatores surgem outros de capital importância que vêm contribuir para a complexidade do problema. Entre estes podemos citar a falta de pessoal docente qualificado, a inexistência de material de ensino, de equipamentos e laboratórios.

Na PUC/RJ não temos enfrentado o problema dos "excedentes". Isto porque, sendo uma Universidade particular e, para se manter fiel aos princípios que a criaram, a PUC viu-se obrigada a fazer uma opção entre a quantificação e a qualificação do seu corpo docente, escolhendo como política de trabalho a formação de líderes altamente qualificados. Assim é que vem adotando há algum tempo, o processo de provas eliminatórias em seus Concursos de Habilitação.

Para a PUC os exames de entrada na Universidade não constituem apenas um mero dispositivo seletivo para preenchimento de vagas. Para ela, o arcaico "vestibular", denominação que substituiu por "Concurso de Habilitação" deve constituir-se em um instrumento de que ela se serve para também avaliar a qualificação dos candidatos que a ela se destinam, verificando se demonstram um nível mínimo de conhecimentos que os tornem aptos a frequentar uma Escola Superior de qualidade.

Em contrapartida, a PUC desenvolveu nos dois últimos anos e notadamente em 1968, um imensurável esforço no sentido de aproveitar toda sua capacidade de matrícula de alunos. Assim é que nas áreas de Ciências Filosóficas e Humanísticas, a PUC em 1968 recebeu 900 alunos novos contra 470 em 1967, dobrando o número de vagas que possuía. Na área Técnico-Científica, a PUC recebeu 300 alunos novos no início do ano e no momento presente realiza concurso de habilitação para preenchimento de 200 vagas, totalizando em 1968 500 alunos novos contra 200 alunos em 1967. Foi realmente um enorme e proveitoso esforço.

Não se trata portanto de política de cerceamento de vagas a exigência que a PUC faz em seus concursos de habilitação de que os candidatos submetam-se a provas eliminatórias. O que ocorre é tão somente que com a decadência cada vez mais pronunciada do ensino secundário, o concurso de habilitação se transforma em indispensável instrumento de pressão para que os colégios e educandários voltem a exercer sua real finalidade de ministrar uma formação básica a seus alunos. Infelizmente a distorção do ensino secundário tem crescido tanto que a especialização já chegou até à 4ª série ginasial! E o que é pior, a tão malfadada especialização que veio retirar o ensino secundário de sua missão primordial, na verdade nada mais significa do que um "adestramento" para os "vestibulares". E este "adestramento" vem matar a capacidade de raciocínio dos alunos e a solidez dos seus conhecimentos.

Se analisarmos por exemplo o Concurso de Habilitação para o Centro Técnico-Científico (Engenharia, Química, Física e Matemática) que a PUC ora realiza, veremos que as provas apresentadas são basicamente conceituais, com questões em que o bom senso é testado com frequência. Um aluno "adestrado" provavelmente não seria bem sucedido em exames de tal natureza, mas o aluno que normalmente estudou e fez sem excessiva preocupação de especializar-se, o seu curso secundário, poderá, usando do bom senso, garantir sua vaga na PUC.

Isto vem abrir oportunidade aos que, sem recursos, não podiam frequentar os "centros de adestramento" e portanto se encontravam marginalizados da Universidade. Eram alunos talvez muito mais preparados em potencial para o ensino superior que os tradicionais "adestrados" e que no entanto não tinham acesso aos lugares em que naturalmente teriam assento.

O processo de entrada na Universidade está modificando-se e evoluirá cada vez mais. Urge agora que o ensino secundário volte a dedicar-se às suas funções específicas.

9. Conseguir-se-ia atingir um melhor índice de aproveitamento educacional adotando-se o sistema de tempo integral para os professores?

Estamos todos de acordo que a situação ideal é que os professores trabalhem em tempo integral na Universidade. Temos que caminhar aceleradamente para esta solução, que contudo ainda está bem distante.

Esperamos então, dois tipos de auxílio da Indústria:

- no sentido de atingir aquele objetivo e ,
- enquanto não chegarmos lá, que a Indústria permita a alguns de seus profissionais, que muito têm a transmitir à mocidade; dedicarem algumas horas por semana à Universidade.

10. Entende a PUC que seria útil a criação de oportunidades de trabalho, com tempo reduzido e junto aos órgãos de direção, para os estudantes?

Ainda aqui, a situação ideal seria a de permanência do aluno também em tempo integral na Universidade, porém para isto seria necessário que lhe fôsse facultada a participação dentro da própria Universidade, em grupos de trabalho integrados por professores e alunos para a realização de estudos, ensaios, pesquisas, desenvolvimentos, etc., que seriam encomendados pela Indústria. Isto é, precisaria ser criado na Universidade um campo para a aplicação prática dos conhecimentos auferidos pelos alunos e que permitisse também uma certa margem de remuneração para aqueles que dela necessitassem.

Esta solução nos parece ainda mais distante, por isto, enquanto não a conseguimos, julgamos de absoluta necessidade que a Indústria facilite e mesmo propicie o estágio para os universitários, mas, que sejam realmente estágios e não simples emprêgos parciais.

Estes estágios devem ter lugar principalmente durante as férias e em horário que não prejudique as atividades universitárias, devendo as emprêsas facilitar esta possibilidade, mediante estudo de horários especiais e flexíveis compreendendo a dificuldade, por parte da Universidade na confecção de seus próprios horários.

11. Como encara a PUC a possibilidade de entrosar a Universidade com a Indústria no âmbito regional, em um grande programa nacional de Reforma Universitária?

Entendemos a Universidade como célula viva da sociedade, na qual está inserida, e como tal em perfeita interação com todos os grupos sociais. Assim a Reforma Universitária, embora processada dentro da autonomia da comunidade universitária, interessa a toda a sociedade, e, com maior razão, aos principais responsáveis pela produção do setor secundário, a Confederação Nacional da Indústria.

O programa de Reforma Universitária não poderá ser bem sucedido, a não ser que seja considerado dentro do marco geral de um projeto nacional de desenvolvimento. Contudo a regionalização deste projeto de desenvolvimento é condição indispensável para o seu êxito e para a objetiva integração da Universidade ao seu meio. Assim, parece-nos possível e mesmo necessário, o entrosamento da Universidade com a Indústria no âmbito regional.

Importa frisar, que, nesta ação conjunta Universidade-Indústria é necessário entender o desenvolvimento como um processo sócio-econômico global, mensurável não só em termos de crescimento da renda "per capita" e do produto nacional, mas traduzível também, em termos de modernização das estruturas sociais e elevação dos índices culturais. A meta final é o próprio homem.

No interrelacionamento Universidade-Indústria é indispensável que empresários e educadores tenham plena consciência de que os gastos em educação constituem uma forma de investimento. Assim, os educadores considerarão a necessidade de maximização no uso dos recursos humanos, físicos e financeiros, e os empresários reconhecerão a necessidade de investirem em educação, cuja rentabilidade é em nossos dias realçada pelas pesquisas de economistas, como Theodore Schultz e E. Denilson. Contudo, exceto projetos específicos de educação de adultos e de formação intensiva de mão-de-obra qualificada, os investimentos educacionais só se reproduzem a longo prazo, no ensino superior, sobretudo.

Há três formas básicas de reprodução dos investimentos em educação superior: a preparação de quadros profissionais superiores de nível universitário, a criação ou reelaboração da tecnologia, e a prestação de serviços da Universidade à emprêsa.

A rentabilidade, através do ensino, será muito maior quando houver uma adequação qualitativa (conteúdo de formação humana, técnica e científica) e quantitativa (composição de força de trabalho por categorias profissionais) entre o sistema do ensino superior e as necessidades do desenvolvimento sôcio-econômico. Assim, no programa de Reforma Universitária é indispensável que a Indústria coopere com as universidades brasileiras na pesquisa das necessidades ou oportunidades do mercado de trabalho, previsível e desejável.

Igualmente, no setor de pesquisas das Universidades, é indispensável que o Governo e o empresariado nacional programem as etapas de desenvolvimento social e de crescimento econômico. Então as Universidades poderão criar ou reelaborar uma tecnologia adaptada ao modelo e às fases do desenvolvimento almejado, considerando não apenas os critérios da maior produtividade, mas também os seus condicionamentos sociais, culturais e políticos.

Na prestação de serviços mútuos, a Universidade e a Indústria poderão entrosar-se sob várias formas de acordo com sugestões levantadas ao longo deste debate.

Em suma, entendemos como válido, proveitoso e indispensável o entrosamento da Universidade com a Indústria, no programa de Reforma Universitária, no processo mais amplo do desenvolvimento regional e nacional.